


## Notas para uma nova gestão

## Notes for a new management

## Notas para una nueva gestión

*Catherine Otondo. Arquiteta e urbanista, doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, presidente do CAU/ SP, sócia do escritório Base Urbana e professora de Projeto na FAU Mackenzie.*

E-mail: [catherine.otondo@mackenzie.br](mailto:catherine.otondo@mackenzie.br)

 <http://orcid.org/0000-003-3227-7998>

**Para citar este artigo:** OTONDO, C. Notas para uma nova gestão. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n.1, p. 23-27, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p23-27.

**Submissão:** 2021-04-09

### Resumo

O texto aborda os antecedentes à formação de uma nova chapa para a eleição do CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Projeto da Chapa do CAU Mais Plural e os princípios – plataforma de ações e valores – que regem esta nova gestão, pensados a partir de experiências que impulsionaram a ocupação das mulheres perante as posições estratégicas de instituições políticas, a fim de mobilizar propostas aderentes às demandas reais da profissão, basenando-se na tecnologia e na comunicação como ferramentas intermediárias entre essas profissionais e a sociedade.

**Palavras-chave:** Arquitetura; Conselho de Arquitetura e Urbanismo; Legalidade Profissional; Projeto Político.

## Abstract

The text addresses the background to the formation of a new ticket for the election of the CAU - Council of Architecture and Urbanism, CAU Mais Plural Plate Project - and the principles - stock and values platform - governing this new management, designed from experiences that boosted the occupation of women in the face of strategic positions of political institutions, in order to mobilize proposals that adhere to the real demands of the profession, based on technology and communication as intermediary tools between these professionals and society.

**Keywords:** Architecture; Architecture and Urbanism Council; Professional Legality; Political Project.

## Resumen

El texto aborda los antecedentes de la formación de una nueva fórmula para la elección de la CAU - Consejo de Arquitectura y Urbanismo, Proyecto de la placa-CAU Mais Plural - y los principios - plataforma de acciones y valores - gobernando esta nueva gestión, elaborado a partir de experiencias que impulsaron la ocupación de mujeres frente a las posiciones estratégicas de las instituciones políticas con el fin de movilizar propuestas que se apeguen a las demandas reales de la profesión, basados en la tecnología y la comunicación como herramientas intermediarias entre las profesionales y la sociedad.

**Palabras clave:** Arquitectura; Consejo de Arquitectura y Urbanismo; Legalidad profesional; Proyecto Político.

[...] a história humana mudou frequentemente de via. Como? Tudo sempre começa com uma iniciativa, uma inovação, uma nova mensagem de caráter desviante, marginal, com frequência invisível aos contemporâneos (MORIN, 2015, p. 39).

## INTRODUÇÃO

**E**m 2017 organizamos, com o apoio do Centro Cultural São Paulo e de um edital de fomento do CAU/SP, um seminário de quatro dias intitulado: Onde estão as mulheres arquitetas? (2017)<sup>1</sup>.

Impulsionadas pelas inquietações e protestos trazidos por nossas alunas e pela leitura do livro de Despina Stratigakos, *Where are the women architects* (STRATIGAKOS, 2016), fizemos um encontro com mais de 300 participantes, com os quais discutimos em forma de palestras, rodas de conversa e *workshops* de projeto, a condição da atuação feminina na profissão.

Uma das conclusões que extraímos do Seminário foi a que as mulheres precisam se dispor a ocupar posições estratégicas dentro de instituições políticas, porque é por meio delas que mudanças mais eficazes poderiam ocorrer e provocar transformações estruturantes.

Com esta motivação, me inscrevi no mesmo ano em uma chapa com vários colegas de profissão, para eleições do CAU SP (2018–2020), e o grupo foi eleito com 18 dos 56 conselheiros à época.

## Notas

Confesso que pouco sabia das atribuições e alcance de nosso Conselho. Os primeiros meses me pareceram árdios, as plenárias intermináveis, e, como legado dessa experiência, me convenci de que o único ganho foi conhecer pessoas (sobretudo mulheres) com as quais trabalhei, ampliei por meio de seu olhar minha visão de como nossa profissão é exercida nos quatro cantos do Estado, vi que tínhamos muitas diferenças, mas muitas questões em comum.

Portanto, quando em 2020 terminasse nossa gestão, a maioria de nós não tinha planos de pleitear uma reeleição. Porém, seguimos conversando; formamos um grupo de mulheres, e depois de inúmeros encontros *on-line*, decidimos que não aceitaríamos o convite de participar de nenhuma outra chapa; isso porque o modo como nossa participação estava sendo convocada não tinha para nós mais sentido, uma convocação em torno de pessoas, estratégias de ocupação de um espaço político, no qual a presença das mulheres entrava como um lastro de legitimidade dessa ocupação.

Pensamos, então, que seria oportuno nos mobilizarmos a partir da construção de novos contornos políticos, não mais esquerda, direita, liberal,

<sup>1</sup> O conteúdo deste seminário está publicado na *Revista Monolito*, 36. São Paulo: Editora Monolito, 2017.

conservador, num jogo que no nosso entender tinha pouca aderência às demandas reais da profissão.

E assim decidimos fazer uma ação radical, e montar uma chapa só com mulheres. A ideia rapidamente ganhou força e em poucas semanas já éramos em número suficiente para preencher as 158 vagas necessárias para se concorrer às eleições do Conselho.

Nossa primeira ação foi a de elaborar uma lista de princípios comuns, aos quais todas aderiram. Em seguida, escrevemos nossa plataforma ampla, que cobrisse diversos campos de nossa atuação, a partir dos princípios: equidade de raça e gênero, pluralidade, cooperação, empatia, conectividade, reinvenção, horizontalidade e inclusão. Sobre estes princípios construímos uma plataforma de ações e valores, e com isso configuraram-se as bases do Projeto da Chapa do CAU Mais Plural.

Portanto, nosso pleito se coloca de cara por uma outra forma de fazer política: não somos mulheres vindas de grupos políticos ou institucionais comuns, mas mulheres progressistas, vindas do campo da prática profissional e acadêmica, que se mobilizaram em torno de uma ideia e um modo de agir. Esta ação define de cara uma outra forma de se fazer política, que se opõe aos modos tradicionais praticados até então.

E qual seria este projeto? Qual a potência de alcance desta autarquia, que para muitos de nós está distante da realidade e do cotidiano da prática?

O CAU tem como primeira missão garantir a legalidade da profissão, para que a sociedade receba com segurança técnica e ética nossos serviços. E para isso age por meio da fiscalização e da promoção e informação do nosso fazer. Assim, em princípio o CAU tem que agir para o bem da sociedade.

Nosso Conselho tem apenas 10 anos. Entendemos que os primeiros anos de gestão se definiram por sua formação e estruturação institucional. Agora, estamos em um momento de consolidação, e cabe assim a inserção de um projeto que dê rumo e direção para esta nave que já está na água. Um projeto que atenda, ampare e estructure as necessidades cotidianas de nossos profissionais e também seja capaz de expor as nossas práticas para a sociedade a fim de ampliar o campo profissional dos arquitetos e urbanistas.

A cidade e o território são o nosso campo de atuação e reflexão; nós, arquitetos e urbanistas, somos formados para pensar o espaço urbano e a paisagem, o construído e o natural, não como lugares opostos, mas como instâncias cujo equilíbrio é que garante a habitabilidade no planeta. Daí a importância e atualidade da nossa profissão, pois hoje, sobretudo neste estado de suspensão que a pandemia de Covid-19 nos colocou, e que pudemos perceber a dimensão do desequilíbrio no qual estamos vivendo.

As forças que atuam nesses espaços são inúmeras, vêm de diversas direções e intensidades, desde os movimentos sociais ao mercado imobiliário, poderes executivos, legislativos e judiciários, as forças da natureza, e sobre todas elas nosso Conselho tem a possibilidade de exercer o papel de interlocutor, de

agente informativo, de facilitador da chegada das informações nos seus mais longínquos recônditos.

Para fazer esta gestão, nos moldes do século 21, estamos propondo uma atuação horizontal, em rede, que priorize a escuta e o consenso. Estamos colocando em postos estratégicos profissionais que tenham um compromisso com a implementação de um projeto coletivo, e não do desenvolvimento individual. E isso, sabemos, é novo no Conselho.

Talvez, neste momento que sempre o desmoronou, possamos repensar as nossas ferramentas de agir. Pensar que, por exemplo, à luz da realidade que se impõe, que a estrutura de uma administração pública não pode ser baseada em coisas e as obras que essas coisas geram, mas nas pessoas, em nós, e daquilo que precisamos para viver, em suas diversas dimensões: cuidar, amparar, acolher, nutrir, na escala da vida do dia a dia, do local (comunidade), da vida ligada a movimentos mais amplos (cidade), e a vida ligada aos grandes sistemas, urbanos e ambientais, lideradas, agora sim, por mentes femininas.

Trata-se, apesar do que poderia parecer, pela radicalidade de sua formação primeira, de um projeto inclusivo e colaborativo. Não estamos excluindo os homens, mas estamos reclamando um lugar de liderança o qual ainda não experimentamos. Um projeto baseado em dois pilares: na tecnologia e na comunicação.

A tecnologia, não apenas pensada como uma ferramenta útil, mas como um meio de ampliar novas formas de conhecimento, de tornar acessível a nossa linguagem, que se expressa pela transformação do espaço, a um número cada vez maior de pessoas, para que a arquitetura entre no vocabulário comum dos cidadãos.

A comunicação que fará a mensagem sair de um universo constricto em que estamos atuando e chegar à base da sociedade, às instituições que estão governando, e isso representa talvez um enorme campo de trabalho de ação do qual estamos fora. Nesse sentido, vemos na esfera da arquitetura pública uma oportunidade de expansão ainda não explorada. Criar condições para que os funcionários públicos tenham lugar de destaque no Conselho, que desenvolvam seus saberes e que possam agir de forma propositiva em suas repartições, informando às lideranças de mando sobre a importância de um projeto que se realiza na transformação do espaço de forma justa e equilibrada, para que possamos participar ativamente deste momento histórico de revisão dos valores humanos e de modo de ocupar este pequeno e frágil planeta.

## REFERÊNCIAS

- MORIN, E. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 39.
- OTONDO, C. Onde estão as mulheres arquitetas? *Revista Monolito*, 36. São Paulo, n. 36, 2017.
- STRATIGAKOS, D. (ed.). *Where are the women in architecture?* New Jersey: Princeton University Press, 2016.